

DICIONÁRIO DE VERBOS E REGIMES: DICIONARIZAÇÃO, AUTORIA E MEMÓRIA LEXICOGRÁFICA

José Horta Nunes¹

RESUMO

Neste trabalho analisamos o Dicionário de Verbos e Regimes, de Francisco Fernandes (1959), a fim de compreender seu lugar na gramatização brasileira em meados do século XX. Efetuamos um recorte de análise do discurso lexicográfico, tal como observado nos textos introdutórios e em um dos verbetes. Consideramos a função de autoria e a relação entre o discurso gramatical e o discurso documental. Levamos em conta estudos sobre a gramatização brasileira a partir do final do século XIX, atentando para continuidades e deslocamentos. Mostramos a construção de uma posição de lexicógrafo como colaborador, com base em uma normatividade prática e eclética, tendo em vista o ensino e o aprendizado do ler e do escrever para um público amplo.

Palavras-chaves: Análise de Discurso, dicionário, verbo, Francisco Fernandes, lexicografia

Dicionário de Verbos e Regimes: dictionaryization, authorship and lexicographical memory

ABSTRACT

In this work we analyze the Dicionário de Verbos e Regimes, by Francisco Fernandes (1959), in order to understand its place in Brazilian grammatization in the mid-twentieth century. We carried out an analysis of the lexicographical discourse, as observed in the introductory texts and in one of the entries. We consider the role of authorship and the relationship between grammatical discourse and documentary discourse. We take into account studies on Brazilian grammatization from the end of the 19th century, paying attention to continuities and displacements. We show the construction of a lexicographer's position as a collaborator, based on a practical and eclectic normativity, focused on teaching and learning to read and write.

Keywords: Discourse Analysis, dictionary, verb, Francisco Fernandes, lexicography

“Antes de aparecer o dicionário ideal, vocabulários especializados hão de ocupar-se com numerosos pontos. Como em tudo mais, monografias exaustivas precisam esperar a síntese final, nos domínios da lexicografia.”

Aires da Mata Machado Filho, no Prefácio ao *Dicionário de Verbos e Regimes* (FERNANDES, 1959,

1 Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado na Ecole Normale Supérieure de Lyon (2004, França). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP. Atua como Membro Associado Estrangeiro do CNRS (França). E-mail: johnunes@unicamp.br

Este trabalho tem a finalidade analisar o Dicionário de Verbos e Regimes, de Francisco Fernandes (1959)², a fim de compreender seu lugar na gramatização brasileira em meados do século XX. Esse dicionário teve um papel relevante nesse processo, com diversas edições e reimpressões. Enquanto um dicionário parcial, é uma das muitas iniciativas que, ao lado das descrições gerais, atentam para as especificidades da língua portuguesa no espaço nacional, diante das polêmicas quanto ao estatuto dela. O tratamento da regência verbal, mediante uma classificação dos verbos e uma exemplificação com os “mestres do idioma”, marca essa prática lexicográfica que trabalha o jogo entre continuidade e transformação dos conhecimentos linguísticos. Com base em um corpus comum e restrito, que reúne escritores portugueses e brasileiros desde o século XVI, os verbetes são marcados por uma memória lexicográfica heterogênea e indistinta, que produz um imaginário de unidade e de normatividade da língua, assentada em um discurso de autoridade..

De acordo com A. M. Paiva (2005, p. 31-32), Francisco Fernandes nasceu em Arcos, Minas Gerais, em 1900. Na cidade de Formiga, ainda em Minas Gerais, elaborou, como autodidata, o Dicionário de Verbos e Regimes (de agora em diante DVR), resultado de seis anos de trabalho. Seus amigos financiaram a primeira edição da obra (1940), que se esgotou no mesmo ano. Após uma repercussão favorável, em 1942 concorreu e recebeu por esse trabalho o 1º prêmio “Francisco Alves”, da Academia Brasileira de Letras. Nesse mesmo ano, a Editora Globo passou a editar o dicionário, com várias reimpressões. Ainda segundo Paiva, Francisco Fernandes ingressou em 1942 na Seção de Dicionários e Enciclopédias da livraria do Globo. Elaborou também o Dicionário de Sinônimos e

2 A edição de 1959 apresenta textos introdutórios que permitem observar a circulação da obra em duas décadas. (F. Fernandes. Dicionário de Verbos e Regimes. 4ª ed. 7ª imp. Rio e Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1959).

Antônimos da Língua Portuguesa, o Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos e, em colaboração com F. M. Guimarães, foi autor do Dicionário Brasileiro Contemporâneo (1958). Em 1946 passa a exercer a função de colaborador na disciplina de língua Portuguesa no Curso de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. Faleceu em Porto Alegre, em 1965.

Nosso recorte de análise direcionou-se ao discurso lexicográfico (COLLINOT & MAZIERE, 1997; NUNES, 2006), tal como observado nos textos introdutórios e em um dos verbetes do DVR. Consideramos na análise a função de autoria (assunção, institucionalização e circulação), e a relação entre o discurso gramatical (na categorização e definição dos verbos) e o discurso documental³ (nas exemplificações e na relação com a memória lexicográfica). Nessa direção, levamos em conta estudos sobre a gramatização brasileira a partir do final do século XIX (ORLANDI, 2001), atentando para as continuidades e deslocamentos associados ao dicionário de Fernandes.

Autoria lexicográfica e discurso documental: “obreiros” e “mestres”

Os dicionários de verbos, enquanto obras parciais, especializam a descrição dessa categoria e adaptam o dicionário para o seu tratamento, com base em recursos como a classificação dos verbos, a definição, a sinonímia e a exemplificação. Quanto a isso, o DVR se filia a outros dicio-

3 “O arquivo em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem. Trabalhar a relação entre estas formas de memória, sem deixar-nos dizer pelas nossas preferências, pelos nossos compromissos, e também não sermos ditos por uma história sempre já-contada, é um exercício de método e de disciplina”. (E. Orlandi. Língua e conhecimento linguístico. São Paulo: Cortez, 2002, p.11). Ver também J. H. Nunes. O discurso documental na História das ideias Linguísticas e a o caso dos dicionários. Alfa, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008.

nários de verbos que o precederam no Brasil⁴. Em que então ele se distingue? Um dos fatores está no modo como o lexicógrafo trabalha sua autoria, na relação com os conhecimentos linguísticos em circulação, assumindo uma certa posição de autoria lexicográfica e sendo objeto de avaliações que lhe asseguraram uma notável projeção de futuridade.

Trazemos a noção de “autoria” tal como trabalhada na Análise de Discurso, salientando, como dissemos, o modo de “assunção da autoria”, de “institucionalização” e de “circulação” em certos discursos que a tomam como objeto. Primeiramente, tratemos da assunção da autoria⁵. O autor de dicionário parcial se apresenta como um colaborador, que traz uma contribuição para uma unidade maior da língua, a ser obtida em um momento posterior. Assim, após citar alguns autores de estudos de verbos que o antecederam, a saber, Laudelino Freire (*Verbos Portugueses*, 1925), Artur de Almeida Torres (*Regência Verbal*, 1931) e Padre José Stringari (*Regimes de Verbos*, 1936), Fernandes distingue os “legisladores em matéria de linguagem” dos “obreiros”:

“A questão dos complementos verbais – ponto de capital importância para quantos aspiram a escrever com acerto – não tem merecido até agora, dos nossos legisladores em matéria de linguagem,

a atenção que devera.” (FERNANDES, 1959, p. 6)

“Quem quer que seja que se dedique a este gênero de estudos facilmente ajuizará do muito que representa para o erguimento do grande edifício da vernaculidade pátria a contribuição desses imperterritos obreiros da grande causa, Infelizmente, porém, continuava a se fazer sentir a falta de um trabalho sistemático, amplo, onde se estudassem todos os verbos em voga na língua portuguesa.

Foi então que me lembrou publicar os apontamentos de regência verbal, que, para meu uso próprio, vinha coordenando há vários anos. Não que me passasse pela cabeça a veleidade de pretender preencher, com o modesto e despretensoso trabalho que ora entrego a meus patrícios, o vazio existente nas letras portuguesas, mas visando tão-somente a fornecer uma base, um ponto de partida àqueles que, “menos ocupados e mais doutos do que eu sou”, se propusessem à feitura de obra menos imperfeita e mais completa.” (FERNANDES, 1959, p. 7)

Primeiramente, Fernandes assume uma posição de trabalhador autônomo, diminuindo, diante dos especialistas, sua imagem autoral por meio de adjetivações morais (sem “veleidades”, “com o modesto e despretensoso trabalho”). Mais adiante, ele traz argumentos numéricos que significam uma condição de autoria fortalecida, diante da “falta de um trabalho sistemático, amplo”. Nessa direção, se Laudelino Freire abordou “uma centena de verbos”, Torres registrou “mais 116” e Stringari arrolou “mais de 400”, Fernandes afirma que “relacionei em meu livro para mais de 10.000 verbos, muitos dos quais ainda não dicionarizados pelos nossos lexicógrafos”. Assim, combinando a modéstia autoral à objetividade numérica, o autor encontra um lugar para dizer sua autoria, ao mesmo tempo em que significa a divisão social do trabalho lexicográfico, com a distinção entre os que “fornecem uma base” e os “homens judiciosos

4 No Brasil, a primeira iniciativa nesse sentido foi de Laudelino Freire (*Dicionários de Verbos*. Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1925). Note-se que a atenção de Freire à descrição dos verbos também está presente em seu *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado pela primeira vez em 1939-44 (Ver J. H. Nunes. *A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade* Revista argentina de historiografia lingüística, V, 2, 2013, p. 159-172)

5 Segundo E, Orlandi, na “assunção da autoria” o sujeito constroi seu lugar de autor diante de uma exterioridade a que ele se refere: “como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo a sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade; exterioridade, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que isso implica,” (E. Orlandi, , 1988, p. 76).

e versados” que os julgarão em vista do “erguimento do grande edifício”.

Outra marca da autoria lexicográfica de Fernandes está na reivindicação de uma classificação própria dos verbos, diante de outras disponíveis em estudos gramaticais. Assim, e frente à inexistência de uma “perfeita nomenclatura de verbos”, o autor adota uma classificação “ecclética”, “especial”, que se apoia na “lição dos mestres do idioma”:

“Não existe ainda, em português, uma perfeita nomenclatura dos verbos quanto aos termos que lhe completam ou modificam o sentido. Por isso mesmo fora contraproducente o querer transladar para aqui, integralmente, qualquer classificação preconizada por este ou por aquele gramático; tive por mais acertado adotar no presente trabalho uma terminologia ecclética, senão especial, baseada, ainda assim, na lição dos mestres do idioma.

De modo que, para melhor se compreenderem os exemplos contidos neste livro, dividir-se-ão os verbos em: intransitivos, relativos, birrelativos, transitivos, transitivo-relativos, predicativos, transitivo-predicativos e pronominais.” (FERNANDES, 1959, p. 25)

A proliferação das nomenclaturas, assim como as divergências entre os especialistas, são vistas como “contraproducentes” e são evitadas em nome de um “melhor entendimento” dos exemplos. A autoria lexicográfica, desse modo, homogeneiza o discurso didático sobre a classificação dos verbos e à adequação dos exemplos, diante das polêmicas dos gramáticos. Face a essa situação, e apoiando-se na posição autoral de não-especialista, o autor evita a participação em controvérsias: “Não é fácil delimitar fronteiras entre adjunto adverbial (complemento dispensável) e complemento terminativo (complemento necessário). O problema da classificação dos verbos, seus complementos e o ofício de cada um destes tem sido objeto de várias controvérsias

nas quais não quero nem devo participar”. Assim, percebe-se o surgimento de uma autoria lexicográfica que evidencia os “mestres da língua”, distinguindo-os dos “gramáticos” com suas classificações sujeitas a discussões e instabilidades.

Quem seriam os mestres que legitimam o dicionário e que o autor distingue dos gramáticos? Na “Relação das principais obras consultadas e das abreviaturas que as representam”, acrescentada aos textos prefaciais, estende-se uma lista das obras que serviram de fonte para as montagens de exemplos. Consideramos essa lista como marca de um discurso documental que legitima a classificação dos verbos, silenciando-se desse modo as eventuais polêmicas sobre casos que suscitam dúvidas. O discurso de autoridade, reunindo diferentes posições de especialistas (escritores, lexicógrafos, gramáticos, juristas, historiadores, organizadores de antologias, etc.), institui uma legitimação que se sustenta na posição mais ampla dos “mestres da língua”, de modo a qualificar a autoria lexicográfica de escritores consagrados em suas respectivas áreas de atuação. Estando igualmente presentes, os gramáticos aparecem aí não como autores cientistas ou polemistas, mas como participantes dessa discursividade normativa e didática.

2. Memória e esquecimento: da gramatização científica à normatividade didática

Como mostra Orlandi (2001), no final do século XIX e início do XX, observa-se uma proliferação de autores de gramáticas e manuais, que tiveram impulso na então recente República. Nessa conjuntura, “ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2001, p. 28). Autores como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Pacheco Silva, Lameira de Andrade, construíram uma posição de autoria científica da gramática

brasileira, com um distanciamento da tradição gramatical portuguesa, sobretudo na tendência da gramática filosófica, tal como presente por exemplo em Jerônimo Soares Barbosa. Constituinte-se um espaço discursivo de autoria, esse grupo de gramáticos voltados para o ensino participam de uma plural gramatização do português brasileiro, com espaço para as diferentes conceituações, diferenças e divergências. Ao mesmo tempo, surgem condições para uma didatização do saber linguístico, com tendência a normatizações alicerçadas em certas posições autorais e reconhecimentos institucionais. Note-se que, como mostra Guimarães, o período que vai do final do século XIX até final dos anos 30 pode ser considerado como segue:

“O segundo período vai da segunda metade do século XIX, prenunciado por um conjunto de condições do período anterior como os debates entre escritores brasileiros e portugueses, e iniciado pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, o estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios” em 1887, e marcado por fatos como a fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897). Este período vai até fim dos anos 30 do século XX, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil: tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1934) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).” (GUIMARÃES, 2004, p. 26)

Para a análise do DVR, que teve sua primeira edição em 1940, ou seja, no final do segundo período caracterizado por Guimarães, trazemos algumas questões e fatos que nos parecem pertinentes como memória discursiva que incide sobre a produção lexicográfica. Uma das questões que nos interessa retomar é a do movimento autoral dos gramáticos a partir do final do século XIX, que configura uma memória científica dos conhecimentos sobre a língua e afeta as produções posteriores. No tensão entre continuidade e ruptura, Francisco Fernandes evoca os gramáticos que o precedem enquanto

um dos grupos de autoridades da língua, porém caminha para uma autoria lexicográfica na diferença com os gramáticos. Pretendemos mostrar que essa autoria do dicionarista colaborador está ligada às finalidades de normatização do ensino escolar que guiaram a produção anterior de gramáticas, bem como a uma incipiente produção de dicionários voltados a esse público. Constrói-se, no entanto, uma outra posição de autoria: a de uma didática lexicográfica dos “mestres da língua”, assentada na leitura de um corpus que reúne diferentes posições de especialistas, com ênfase para os clássicos da literatura, mas incluindo-se também gramáticos e outros especialistas no estudo ou na prática da língua (juristas, historiadores e outros).

A língua que cresce: quantidade e autoridade para a dicionarização do novo

Uma das tendências da gramatização do final do século XIX e início do XX foi o argumento do “novo” (ORLANDI, 2001, p. 30), aliado a uma concepção histórica da língua, e com isso, à possibilidade de descrever as transformações no português brasileiro. Assentado-se nessa memória de busca do novo e de acumulação de conhecimento que permita atestar as modificações alcançadas, o trabalho do lexicógrafo clama por legitimação dos fatos e pela instrumentação da língua. Nessa direção, é interessante notar que Fernandes apoia-se, em seu prefácio da primeira edição, em Ernesto Carneiro Ribeiro⁶, salientando a metáfora da vida: “a vida das línguas, como a do organismo vegetal o animal, está num renovamento incessante e perene, em que todas se dão as mãos, se auxiliam, assimilam e irmanam” (FERNANDES, 1959, p. 7). A menção à língua, enquanto “organismo vivo”, em meio à conjuntura de defesa da língua, funciona de modo a impulsionar os estudos das transfor-

6 Ernesto Carneiro Ribeiro foi o revisor do Código Civil Brasileiro, envolvido na famosa polêmica com Rui Barbosa. Aqui ele aparece justificando a normatização dicionarística dos neologismos, como forma de promover a língua nacional.

mações da língua nacional. A dicionarização de palavras novas, de neologismos e estrangeirismos, associada ao acréscimo numérico das entradas de dicionários, ampliando a nomenclatura, indicam tanto uma continuidade em relação à língua portuguesa, quanto uma especificidade nacional. Enquanto lexicógrafo “obreiro”, Fernandes acompanha o “crescimento” da língua no Brasil: crescimento de palavras, de verbetes, de escritores, de mestres. Aumentar a quantidade de autores de referência, nessas circunstâncias, significa fomentar a expansão do corpus da língua.

Uma das vias para se obter essa ampliação de autoridades linguísticas é retomar o as iniciativas que, desde o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizado por Fausto Barreto em 1887, incentivam os estudos da língua portuguesa no território brasileiro (ver ORLANDI, 2001, p. 25), como os de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1894). Nesse período e entrando também pelo século XX, podemos mencionar, conforme E. Guimarães (2004), outros autores de gramáticas e estudos, como Pacheco Silva (1879, 1894, 1903), Mário Barreto (1905), Eduardo Carlos Pereira (1907), Amadeu Amaral (1920), Sousa da Silveira (1925), Said Ali (1914, 1924, 1931).

Retornando ao DVR, a leitura de arquivo que ele instala especifica o tratamento dado a essa categoria. Do lado das gramáticas, trata-se de evocar a então recente produção gramatical, arrolando, na “relação das principais obras”, gramáticas como as de Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, João Ribeiro, Pacheco e Lameira, Eduardo Carlos Pereira, dentre outros. Se na proposta de classificação dos verbos no DVR não são citados autores gramáticos, em nome de uma classificação própria, eclética, nos exemplos dos verbetes eles estão presentes, de modo que os gramáticos aparecem como um dos grupos representantes dos “mestres da língua”. E do lado dos lexicógrafos, que na classificação dos verbos também não aparecem, eles também são citados como fontes de exemplos. Note-se que dentre

as “autoridades” da língua citadas, encontram-se tanto grandes dicionaristas de língua portuguesa, desde o século XVII (Bluteau, Morais, Aulete, Figueiredo, etc.), até estudiosos de verbos no Brasil, como A. Torres e J. Stringare.

Outro percurso de arquivo, na busca de autoridades normativas da língua, consiste em retomar a tradição de antologias de autores consagrados, tais como a Antologia Nacional, de Fausto Barreto e C. Laet, cuja primeira edição é de 1895, com reedições que se estendem por décadas. A edição que consultamos (BARRETO & LAET, 1933), traz no prefácio da segunda edição o seguinte comentário: “livro oficialmente adotado em várias casas de ensino”, o que marca o caráter oficial da obra e sua circulação nas escolas desde a primeira edição. E no prefácio da 19ª edição, temos: “esta antologia, em que milhares e milhares de jovens brasileiros aperfeiçoaram os seus conhecimentos da língua natal e respiraram algumas das mais belas flores que as opulentam”. Na edição de 1933, além de uma “Introdução a noções elementares de sintaxe da composição simples e da composição composta”, há seções que apresentam biografias e excertos de obras de escritores portugueses e brasileiros, separadamente, distinguindo-se uns dos outros.

Confrontando a Antologia de Barreto e Late com o DVR nota-se uma relação de intertextualidade. Autores como Camões, Vieira, Camilo Castelo Branco, Rui Barbosa, Eça de Queirós, Machado de Assis, Euclides da Cunha, presentes na Antologia, figuram também nos verbetes, ressoando a memória dos “imortais” da língua portuguesa. Desse modo, o discurso didático das antologias se reproduz na lexicografia dos anos 30 a 50, quando os lexicógrafos “colaboradores”, ancorados nessa constelação de autores, constroem sua autoria e lugar editorial no Brasil.

Ao analisar os discursos de antologias nacionais, Serrani afirma que:

Como as compilações reeditam material proveniente de diversos contextos e de acordo com princípios e critérios diferentes, os textos incluídos se tornariam deshistoricizados, despoliticizados e, portanto, “atemporais”, “imortais”, ou “eternamente contemporâneos”. (i) Entretanto, entender a antologia como discurso requer analisar sempre as condições específicas de sua produção. Não existe discurso descontextualizado. Se considerarmos a distinção de Pêcheux intradiscurso/interdiscurso, que se corresponde com a de formulação/enunciado em Foucault, ou seja, o nível da formulação produzida na horizontalidade da cadeia verbal e o nível de análise, interdependente, das memórias sócio-históricas e/ou inconscientes implícitas na dimensão vertical do discurso, j) a observação sobre descontextualização pode ser aprofundada explicando regularidades enunciativas que levam a uma dada configuração discursiva da formulação de uma antologia, como veremos a seguir. (SERRANI, 2008, s.p.)

No caso que analisamos aqui, o discurso das antologias funciona como sustentação para a prática lexicográfica. Reunindo autores portugueses e brasileiros, os verbetes do DVR produzem uma imagem de unidade da língua dicionarizada, indistinguindo escritores portugueses e brasileiros e reforçando a posição normativa e purista da língua nacional. Literatura e gramática se conectam para se obter esse efeito de sentido de unidade da língua, ao mesmo tempo em que se produz um silenciamento das polêmicas gramaticais e de escritores que não se enquadram na memória dos clássicos e românticos. Também não se contemplam os discursos que se voltam para as descrições linguísticas atentas à oralidade, a regionalismos e à chamada língua popular, que ganham força na primeira metade do século XX.

Um outro percurso pertinente para a compreensão da autoria do DVR, particularmente sua circulação⁷, decorre de uma iniciativa ins-

7 Temos considerado a circulação da autoria como um dos componentes da função autor. Nessa direção analisamos

titucional da Academia Brasileira de Letras: a atribuição do “Prêmio Francisco Alves”, dedicado a obras sobre a língua portuguesa. Nesse concurso inscreveram-se, além de Francisco Fernandes, os estudiosos Jaques Raimundo (*A Língua Portuguesa no Brasil*, 1941), Joaquim Mattoso Câmara Júnior (*Princípios de Linguística Geral*, 1941). Almir Câmara de Matos Peixoto (*Novos Rumos em Filologia*, 1942). Geraldo de Ulhoa Cintra (*O conceito Perene de Filologia*, 1939). No parecer da Comissão, de 1943, três anos após a primeira edição do DVR, temos a seguinte apreciação:

“Cumpramos destacar entre esses livros o Dicionário de Verbos e Regimes, do sr. Francisco Fernandes, com mais de 10.000 verbos portugueses em suas diversas acepções e regências, trabalho de real importância e utilidade para os estudiosos do idioma, que nele encontram guia seguro através das dificuldades inumeráveis que a matéria apresenta.” (FERNANDES, 1959, p. 13)

Dentre os autores que concorreram para esse prêmio, como se nota acima, está Joaquim Mattoso Câmara, com a inscrição daquela que é considerada a primeira obra de linguística geral publicada no Brasil: *Princípios de Linguística Geral* (GUIMARÃES, 2004, p. 95). Isso mostra a concomitância de diferentes abordagens da língua nesse momento, bem como a consonância da ABL com a perspectiva normativa e patrimonial da lexicografia, aliada ao incremento dos instrumentos linguísticos didáticos e voltados para a escrita.

Vale notar ainda mais um funcionamento do discurso documental, operando nas trilhas da circulação da autoria. São apreciações sobre o dicionário de Fernandes que aparecem igualmente entre os textos introdutórios, estendendo-se por dez páginas! Reunem-se aí co-

discursos de divulgação, observando como funciona discursivamente a circulação autoral (Ver J. H. Nunes. Discurso de Divulgação Arquitectónica para o grande público: cotidiano e autoria. In: *O Discurso nas Fronteiras do Social*. F. Beayon, L. Anjos, R. Modesto e outros (Org.). Campinas: Pontes, 2019).

mentários de algumas linhas, feitos por autores renomados, dentre os quais citamos aqui: Ciro dos Anjos, Sérgio Milliet, Antenor Nascentes, Afrânio Peixoto, Gustavo Capanema, Manuel Bandeira, Padre José Stringari, Alceu Amoroso Lima, além dos jornais Diário de Notícias, Minas Gerais, Jornal do Commercio, Estado de São Paulo, O Diário, Estado de Minas, O Diário, Correio da Manhã, dentre outros. Sendo um autodidata, os comentários elogiosos nessa lista de autores renomados, corroboram para legitimar a autoria de Fernandes e a pertinência da obra em meio aos demais estudos que então se faziam sobre a língua nacional.

Finalmente, trazemos um excerto do prefácio de Aires da Mata⁸, também inserido na edição de 1959 do DVR. Opondo as “normas peremptórias” à “leitura dos bons mestres”, o filólogo justifica o dicionário de autoridades na língua:

“Pensam os ingênuos que é possível estabelecer normas peremptórias e, com pouca dúvida, perdem a fé naquele a quem dispensam até o grave tratamento de mestre, quando o estudioso da língua se limita a ponderar que só a leitura dos bons mestres e a consulta dos bons dicionários conseguem resolver os casos de regência. E, na verdade, assim é.” (MACHADO FILHO, 1959, p. 11)

Frente à “variedade e imprecisão da nomenclatura” e às “dificuldades” dos especialistas, a classificação de Fernandes é vista como “ecletica e inovadora”, de modo que “os pontos obscuros da regência são mais facilmente esclarecidos”. Assim, com a chancela do filólogo, as dificuldades do estudo da regência são evitadas em vista da simplificação didática e da escrita dos autores clássicos, dos “mestres” abrigados no dicionário. Como veremos mais abaixo, isso traz condições para o funcionamento de uma memória lexicografia exemplar. Porém, antes disso,

8 Aires da Mata Machado Filho (1888-1965) foi um filólogo, professor da PUC de Minas Gerais, membro da Academia Brasileira de Filologia e autor do Dicionário Didático e Popular da Língua Portuguesa, de 1965.

tratemos das acepções do DVR, atentando para a textualidade do verbete e das acepções.

O verbete do DVR: definição, sinonímia e exemplo

Vimos que, no DVR, a posição discursiva dos mestres da língua funciona na legitimação de uma normatividade literária ampliada com estudiosos portugueses e brasileiros reconhecidos como autoridades em matéria de língua portuguesa (gramáticos, lexicógrafos, juristas, historiadores, etc.). Essa prevalência dos grandes autores e do discurso didático no processo de dicionarização se apresenta no modo como os verbetes são organizados em sua textualidade. Analisemos o verbete abaixo⁹:

“Pensar Intransitivo – Formar, combinar idéias: “Eu PENSO, logo existo.” (Morais.) || Raciocinar; fazer reflexões: “Falar sem PENSAR é atirar sem apontar.” (Aulete.) “Não li, não escrevi, nem PENSEI.” (Camilo. Mem. Do cárcere, 1, 19.) || Relativo – fazer tenção de; tencionar, cogitar: “Êle nem PENSA em se emendar.” (Idem.) || Estar ocupado, ter cuidado: “Não PENSAR senão em sua doença.” (Séguier.) || Ser de tal ou tal parecer, opinião: “Não PENSO assim” (Idem.) “Que PENSA o senhor da cabocla do Castelo?” (M. Assis, Esaú e Jacó, 43.) Lembrar-se; imaginar: “PENSOU nisto, PENSOU naquilo... uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia.” (Garrett, Viagens, I, 180.) || Meditar. Reflexionar: “Mas também PENSEI no que reza o livro do profeta.” (Herculano, Monge, I, 97.) “O ancião nos faz PENSAR sôbre a vaidade de nossas paixões.” (Idem, apud Stringari) || “PENSAR NA MORTE DA BEZERRA, - meditar tristemente.” (C. Figueiredo.) || Transitivo – Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar “PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa.” (Herculano, Monge, I, 97.) || Meditar, planejar: “Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo.” (Camilo, F. do regicida, 45.) || Prover;

9 A escolha do verbete “pensar”, tomado aqui para observar as partes constituintes dos verbetes do DRG, deve-se também a um trabalho em andamento que visa a compreender as regularidades discursivas em um corpus de palavras metalinguísticas. No caso de verbos, são palavras como falar, dizer, interpretar, discursar, ler, comentar, etc

imaginar, supor: “Nunca PENSEI que tal me sucedesse.” (Aulete.) || Tratar convenientemente; aplicar curativo a: “Joaninha PENSAVA os feridos.” (Garret, apud Sá Nunes, Língua vernácula, I, 267.) “PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo.” (Aulete.) “PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso.” (Morais.) || PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio.” (Aulete.) || “PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.” (Séguier.) (FERNANDES, 1959, p. 456)

No verbete pensar, são três as categorias de regência arroladas no decorrer da sequência textual: intransitivo, relativo e transitivo, lembrando que no caso do regime relativo é necessária, segundo Fernandes, a presença de um complemento preposicionado (ou objeto indireto). Para cada categoria de regência verbal há um grupo de acepções, incluindo-se em cada uma delas definições e exemplos. As definições desdobram-se em processos parafrásticos, por

meio de dois mecanismos: a sintagmatização verbal e a sinonímia. Finalmente, chega-se aos exemplos, que consistem, no mais das vezes, em enunciados curtos, acompanhados da indicação dos nomes dos autores e/ou das obras.

Começemos pelas definições sintagmáticas e sinonímicas. Para isso, observemos a primeira acepção do verbete pensar, ligada à regência Intransitivo:

“Pensar Intransitivo – Formar, combinar idéias: “Eu PENSO, logo existo.” (Morais.)” (FERNANDES, Idem)

Temos nessa acepção dois sintagmas verbais, um constituído de verbo e complemento (“combinar idéias”) e o outro somente de um verbo (formar), podendo-se também interpretar que o verbo formar pode igualmente ser complementado pelo nome “idéias”. De qualquer modo, nota-se que os sintagmas verbais formar(

VERBETE <i>PENSAR</i> - DEFINIÇÕES SINTAGMÁTICAS E SINONÍMICAS		
Intransitivo	Relativo	Transitivo
<ul style="list-style-type: none"> ● Formar, combinar idéias 	<ul style="list-style-type: none"> ● fazer tenção de; tenconiar, cogitar ● Ser de tal ou tal parecer, opinião ● Lembrar-se; imaginar ● Meditar. Reflexionar ● Meditar tristemente 	<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar ● Meditar, planejar ● Prover; imaginar, supor ● Tratar convenientemente; aplicar curativo a
		<p style="text-align: center;">Sintagmas como exemplos seguidos de paráfrases definidoras</p>
		<ul style="list-style-type: none"> ● PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo. ● PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso. ● PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio. ● PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.

ideias) e combinar ideias funcionam como substituíveis entre si e também com relação a pensar, ou seja, em relação à entrada do verbete. E no exemplo (“Eu PENSO, logo existo.” [Morais.]), a ocorrência de penso está ligada de algum modo às significações anteriormente descritas, além de funcionar como operador de uma memória do racionalismo. É esse jogo de definições, substituições, paráfrases, reescrituras na textualidade da acepção que produz sentidos para a palavra de entrada, conformando também o imaginário lexicográfico de unidade textual da acepção, ao reunir gramática, definição e exemplo.

A fim de visualizar melhor as séries de definições sintagmáticas e sinonímicas, tal como distribuídas nos três regimes verbais compreendidos no verbete, observemos a seguinte tabela, que traz um recorte de tais sequências:

No domínio de regência intransitiva, os sintagmas significam operações mentais, inicialmente com uma tendência à formalização (“Formar, combinar idéias”) e em seguida ao raciocínio (Raciocinar; fazer reflexões). Depois, nas definições de regência relativa, além de sentidos próximos ao raciocínio, como em “Meditar. Reflexionar”, há sintagmas que apontam para outras ações internas ao sujeito, voltadas para a intenção (“fazer tenção de; tencionar, cogitar”), a opinião (“Ser de tal ou tal parecer, opinião”), a lembrança ou a imaginação (“Lembrar-se; imaginar”), e também uma meditação acompanhada de um sentimento (“Meditar tristemente”). Já no campo da regência transitiva temos inicialmente significações já apontadas parcialmente, como as do raciocínio, da meditação, da imaginação, porém acrescidas de certas complexidades, como a avaliação (“Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar”), o planejamento (“Meditar, planejar”), a suposição (“Prover; imaginar, supor”). Ainda na transitividade verbal, segue uma definição que difere das anteriores por significar ações externas ao sujeito: “Tratar convenientemente; aplicar curativo a”. Além disso, na continuidade do verbete estendem-se as definições de ações externas,

acopladas a exemplos sintagmáticos em que o verbo pensar aparece com letra maiúscula. Nos três primeiros exemplos, variando-se o complemento do verbo, as definições diferem quanto ao modo de significar as ações externas aí compreendidas, seja em visa de um sujeito suposto indeterminado: “PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo”, uma posição de sujeito determinada inscrita no complemento verbal (PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso) e uma posição de animal (PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio). Em todos esses casos prevalece a significação de cuidados médicos ou de higiene. Finalmente, no último exemplo retornam as significações internas ao sujeito, porém voltadas transitivamente para um sujeito indeterminado (alguém) externo (“PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.”).

Passemos agora à análise dos exemplos, atentando para o tratamento do verbo na tensão entre os exemplos trazidos de autores reconhecidos e a descrição gramatical. Essas duas tendências evocam memórias discursivas que se entrecruzam: a das vozes dos grandes autores e a dos estudiosos da língua portuguesa, incluindo-se em ambos os casos portugueses e brasileiros.

Na passagem dos textos dos grandes autores à exemplificação lexicográfica, nota-se o processo de discursivização e didatização que consiste em seleccionar enunciados concisos e modelares e que permitam observar os diferentes tipos de regência verbal. Está em jogo também a seleção de semantismos ideológicos que compõem, em sua diversidade e diferenciação, os discursos sócio-históricos tal como agenciados pelo dicionário.

Os autores citados no verbete “pensar” podem ser distintos em dois grupos: os lexicógrafos e os escritores. No primeiro grupo estão: Morais (2 exemplos), Aulete (4 exemplos) Figueiredo (1 exemplo) Stringari (1 exemplo), Séguier (2 exemplos). Nesse grupo de dionaristas vale a observação que Fernandes faz no

prefácio da primeira edição, de 1939: “Quando me refiro a florilégios e dicionários, somente o nome dos respectivos autores aparece, calando-se o do escritor cujo trecho se transcreve – não só pelos motivos acima expostos, mas também por me parecer suficiente a autoridade do antologista ou lexicógrafo citado.” (FERNANDES, 1959, p. 8). Nota-se aí a construção da posição do lexicógrafo citado como autor do exemplo, de modo que o trecho citado aparece como se tivesse origem no autor lexicógrafo. Como consequência há um silenciamento do autor escritor, proporcionado pela transferência autoral do

escritor ao dicionarista. Valeria aí refletir sobre esse efeito de autoria lexicográfica em que uma série de vozes literárias são transportadas para o dicionário, enquanto a posição de lexicógrafo se sobrepõe à do escritor e ganha espaço entre as autoridades da língua.

Obsevemos agora a tabela abaixo, que delimita os enunciados exemplares. Note-se que, na transcrição dos exemplos para o dicionários, observam-se as marcas da didatização lexicográfica, no modo como se assinalam palavras com letras maiúsculas (para a ocorrência do verbo ou locução), ou em itálicos (para a identificação

VERBETE PENSAR – EXEMPLOS
<p>Intransitivo Eu PENSO, logo existo. (Morais.) Falar sem PENSAR é atirar sem apontar. (Aulete.) Não li, não escrevi, nem PENSEI. (Camilo. Mem. Do cárcere, 1, 19.)</p>
<p>Relativo Êle nem PENSA em se emendar. (Idem.) Não PENSAR senão em sua doença. (Séguier.) Não PENSO assim (Idem.) Que PENSA o senhor da cabocla do Castelo? (M. Assis, Esaú e Jacó, 43.) PENSOU nisto, PENSOU naquilo....uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia. (Garrett, Viagens, I, 180.) Mas também PENSEI no que reza o livro do profeta. (Herculano, Monge, I., 97.) O ancião nos faz PENSAR sôbre a vaidade de nossas paixões. (Idem, apud Stringari) PENSAR NA MORTE DA BEZERRA, - meditar tristemente. (C. Figueiredo.)</p>
<p>Transitivo PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa. (Herculano, Monge, I. 97.) Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo. (Camilo, F. do regicida, 45.) Nunca PENSEI que tal me sucedesse. (Aulete.)</p>

de preposições), no caso da classificação do tipo relativo de regência:

Os exemplos de regência intransitiva trazem discursividades de senso comum, expressões populares ou frases literárias modelares. No exemplo “Eu penso, logo existo”, que está presente em Morais desde sua primeira edição (1789), nota-se a significação do raciocínio, ligada a uma memória do racionalismo cartesiano, porém com a presença do “eu”, diferentemente

da versão cristalizada: “Penso, logo existo”, Pode estar funcionando aí um didatismo do verbo, com o preenchimento da posição de sujeito. No exemplo de Aulete (“Falar sem PENSAR é atirar sem apontar.”), há uma expressão que associa a ação de raciocínio a uma ação externa: a da preparação para o disparo de uma arma, deixando-se indeterminado o sujeito da ação, assim como as circunstâncias em jogo (situação de caça? De violência?). E, no exemplo de Camilo, o verbo

pensar se apresenta em relação paradigmática com ler e escrever, enquanto ações de um sujeito em primeira pessoa. Forma-se nesse caso uma série de verbos com significação metalingüística, quando o “pensar” mostra-se em uma relação de proximidade com “ler” e “escrever”, constituindo-se um vocabulário das Letras.

Os exemplos no domínio da regência relativo trazem marcas de certos discursos, a saber: o discurso moral (“Ele nem PENSA em se emendar.” [Idem./Camilo]), que se liga em alguns casos ao discurso religioso (“Mas também PENSEI no que reza o livro do profeta.” [Herculano, Monge, I., 97]; “O ancião nos faz PENSAR sobre a vaidade de nossas paixões.” [Idem, apud Stringari]). Há na sequência um exemplo de discurso médico (“Não PENSAR senão em sua doença.” [Séguier.]) e um outro de discurso cotidiano sobre o conhecimento de uma pessoa em um espaço citadino (“Que PENSA o senhor da cabocla do Castelo?” [M. Assis, Esaú e Jacó, 43.]). E em seguida retorna a significação de reflexão interna ao sujeito (“PENSOU nisto, PENSOU naquilo....uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia.” [Garrett, Viagens, I, 180.]). Por fim, o exemplo em forma de dito popular (“PENSAR NA MORTE DA BEZERRA”) evoca uma memória da vida no campo, no cotidiano da criação de gado.

Quanto aos exemplos de regência transitiva, considerando-se que já tratamos mais acima daqueles ligados à significação de “pensar” enquanto “prover cuidados”, vamos nos deter aos que trazem a ação de “pensar” como interna ao sujeito, porém com um complemento frasal do verbo, no qual se apresentam situações e sujeitos significados como “pensados” por outro sujeito. São situações cotidianas de “risco” no interior de um certo espaço urbano como a casa (“PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa.” [Herculano, Monge, I. 97.]), de violência (“Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo.” [Camilo, F. do regicida, 45.]), e ainda um exemplo de uma reflexão de um sujeito sobre suas próprias ações (“Nunca

PENSEI que tal me sucedesse.” [Aulete.]).

Tais observações sobre os exemplos se limitaram à descrição dos enunciados recortados dos textos de onde provêm, funcionando no dicionário como frases exemplares. Um outro percurso possível, que não desenvolveremos aqui, seria observar os enunciados na passagem do discurso literário ao discurso lexicográfico, para se compreender os sentidos dessa transição de uma textualidade a outra.

Conclusão: o DVR e o proceso de dicionarização

Com a análise do DVR percorremos algumas das instâncias em que a palavra, mais especificamente em sua categorização como verbo, se apresenta como objeto de discurso. Da categorização e da classificação da regência, passamos à definição sintagmática, à sinonímia, à locução, ao exemplo. Observamos as significações enquanto ações internas ao sujeito, com destaque para o raciocínio formal e reflexivo, seguido por outras significações (intenção, cogitação, opinião, imaginação, meditação, etc.). As redes sinonímicas ampliam essa configuração ramificada, enquanto os exemplos evocam diferentes discursividades (racionalismo, moral, religioso, linguística, urbano ou rural, cotidiano, da violência, do cuidado médico, dentre outras). Atravessando essa textualidade do verbete, o discurso didático e normativo, alicerçado na imagem dos “mestres da língua”, marca o modo de dicionarização que aí se constitui. Como vimos, essa tendência à normatização didática se ancora em um horizonte de retrospectão que retoma a memória da escolarização brasileira a partir do final do século XIX, com as iniciativas de produção de gramáticas e outros materiais de ensino, como as antologias de autores portugueses e brasileiros e outros dicionários de verbos elaborados por estudiosos.

Diante disso, no entanto, notamos que há um deslocamento significativo no período de vai da primeira edição do DVR (1941) até a

edição que analisamos (1959), a saber, a consolidação de uma posição de lexicógrafo enquanto um estudioso colaborador. A construção dessa posição leva a uma primazia da normatividade prática, tendo em vista o ensino e o aprendizado do ler e escrever para um público amplo. Ao mesmo tempo, evita-se a reflexão teórica dos “gramáticos”, com suas divergências quanto à regência verbal. Tal posição de lexicógrafo didático se projeta também com o reconhecimento autoral de especialistas diversos, bem como de instituições como a Academia Brasileira de Letras. Com base na exemplificação literária, particularmente um corpus restrito de autores, a normatização se sustenta no discurso de autoridade, incluindo-se gramáticos e dicionaristas, reunidos na posição mais ampla dos “mestres da língua..

No dicionário de verbos, gramática e léxico estão conjugados no interior do verbete, o que permite observar o modo como sintaxe e semantismo lingüístico e discursivo se apresentam. Enquanto dicionários parciais, obras como essa levam a refletir sobre o papel desses instrumentos no processo mais amplo de gramatização, especialmente a produção dos dicionários gerais, que trazem para dentro parte dos resultados dessas iniciativas paralelas, ou, por outro lado, evitam esse olhar que se restringe aos “grandes autores”, a uma produção escrita modelar. Desse modo, a dicionarização se apresenta como uma rede abrangendo diferentes tipologias, que circulam em determinados trajetos, envolvendo modos de autoria e relações com instituições, políticas de Estado e arquivos lingüísticos.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARRETO, F.; LAET, C. de. Antologia Nacional. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves,

1933.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. Un Prêt-à-Parler : le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

FERNANDES, F. Dicionário de Verbos e Regimes. 4ª ed. 7ª imp. Rio e Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1959.

FERNANDES, F. Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa. 10ª ed. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1955.

FERNANDES, F.; GUIMARÃES, F. M. Dicionário da Língua Portuguesa. Nova edição revista, ampliada e ajustada à Nomenclatura Gramatical Brasileira por Celso Pedro Luft. 2 vol. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1966. (1ª ed.: 1958).

FREIRE, L. Dicionários de Verbos. Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1925.

FREIRE, L. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. 5 vols. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

GUIMARÃES, E. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, J. H. Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>. Acesso em: 18 maio. 2022.

NUNES, J. H. A Invenção do Dicionário Brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. Revista argentina de historiografía lingüística, V, 2, 2013, p. 159-172. Endereço: www.rahl.com.ar.

NUNES, J. H. Discurso de Divulgação Arqui-

tetônica para o grande público: cotidiano e autoria. In: O Discurso nas Fronteiras do Social. F. Benayon, L. Anjos, R. Modesto, G. Adorno, M. Ferraça, R. Osthures (Org.). Campinas: Pontes, 2019.

ORLANDI, E. P. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: E. Orlandi (Org.): História das Ideias Linguísticas. Construção do saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional. Campinas: Pontes: Cáceres: UNEMAT Editora, 2001.

PAIVA, A. M. A. de O. e. Fernandes e Aurélio: um estudo comparativo de duas obras lexicográficas. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SERRANI, S. Antologia: escrita compilada, discurso e capital simbólico. Alea: estudos neolatinos, vol. 10, nº 2, julho de 2008, pp. 270+. Gale Academic OneFile. Endereço: gale.com/apps/doc/A210035207u+capes&sid=ebsco&xid=a-06139da. Rio de Janeiro: Faculdade de letras (UFRJ). Acesso em 12 de janeiro de 2022.

SILVA, A. de M. Dicionario da Lingua Portuguesa. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

STRINGARE, P. J. Regimes de Verbos. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1936. (Volume II, 1937).

TÔRRES, A. de ALMEIDA, Regência verbal, 2ª ed. Niterói: Gráfica Dias Vasconcelos, 1934. (1ª ed, 1931).

Submissão: maio de 2022.

Aceite: junho de 2022.